



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA - LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA-FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

KARINE KELLY PEDRO DOS SANTOS

**CONTRIBUIÇÕES DAS LIBRAS NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS
SURDOS: Olhares de professores da escola Padre José de
Anchieta**

KARINE KELLY PEDRO DOS SANTOS

**CONTRIBUIÇÕES DAS LIBRAS NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS
SURDOS: Olhares de professores da escola Padre José de
Anchieta**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba, para obtenção do título em
Licenciatura Plena em Letras.

Orientadora: Prof. Especialista Amanda Carolina
Pedro dos Santos

Itaituba-PA

2018

KARINE KELLY PEDRO DOS SANTOS

**CONTRIBUIÇÕES DAS LIBRAS NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS
SURDOS: Olhares de professores da escola Padre José de
Anchieta**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba, para obtenção do título em
Licenciatura Plena em Letras.

Orientadora: Prof. Especialista Amanda Carolina
Pedro dos Santos

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____
Prof. Amanda Carolina Pedro dos Santos, Especialista.

Avaliador: _____ Nota: _____
Prof. Nome, titulação

Avaliador: _____ Nota: _____
Prof. Nome, titulação

Resultado: _____ Média: _____

Data: _____ de _____ de 2018

*À Deus, aos meu pais, à minha
filha e ao meu marido, que
sempre estiveram comigo nos
momentos mais difíceis.
Dedico-lhes essa conquista
como gratidão.*

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força pra superar as dificuldades a ele eu devo minha gratidão. Aos professores reconheço e agradeço profundamente a confiança e a orientação, sem eles não teria conseguido.

Ao meu pai Armando que todo dia brigava comigo pra terminar o curso e a minha mãe que ficou noites cuidando da minha filha. Agradeço as minhas irmãs Camilla, Amanda, Sibeles e Cyntia que sempre me apoiaram.

Ao meu esposo Wesdras que sempre esteve ao meu lado me incentivando, e a minha filha Maria Eduarda e ao meu filho In Memória, que me inspirou através do nosso eterno laço de amor. “Emanuel, a saudade é grande, mas o amor é para sempre”.

“As letras e a ciência só tomarão o seu verdadeiro lugar na obra do desenvolvimento humano no dia em que, livres de toda a servidão mercenária, forem exclusivamente cultivadas pelos que as amam e para os que as amam”.

(Piotr Kropotkin)

RESUMO

Pessoas com surdez enfrentam muitas dificuldades para participar da educação, dificuldades estas decorrentes da deficiência auditiva, da estrutura das escolas, entre outros fatores, assim podem ser prejudicadas no desenvolvimento da aprendizagem. Deste modo, esse trabalho visar mostrar as contribuições das Libras para o processo de ensino aprendizagem dos alunos com limitações na audição, sob a ótica dos professores. A Pesquisa é do tipo Exploratório de abordagem qualitativa de natureza teórico-empírico. A princípio foi realizada uma pesquisa bibliográfica, posteriormente foi feito um estudo de campo, com visita na escola em questão para a aplicação dos questionários de entrevista semiestruturada, a fim de levantamento dos dados. Nessa pesquisa foi possível verificar que os a maior parte dos docentes apresentam especialização para está atuando na educação desses alunos. Todos são a favor da inclusão de alunos surdos nas classes regulares. Em relação às dificuldades na comunicação, os professores citaram o pouco ou nenhum conhecimento da Libra por parte do aluno, o que prejudica a eficácia do processo ensino-aprendizagem. Declararam que há a necessidade de intérprete em sala de aula todo tempo, bem como a importância das formações continuadas que dariam subsídios para o professor titular ministrar suas aulas de modo satisfatório. Enfim, por meio desta pesquisa foi possível apenas reafirmar a conjuntura na qual se encontra a educação inclusiva brasileira, pois o olhar desses professores reflete a forma como este tipo de educação se encontra em nosso país. E apesar dos avanços políticos surgidos nesse contexto, há muito a ser melhorado na prática, no dia a dia das comunidades escolares.

Palavras-chave: Surdez, Professores, Libras.

ABSTRACT

People with deafness face many difficulties to participate in education, difficulties resulting from hearing impairment, school structure, among other factors, so they can be hampered in the development of learning. In this way, this work aims to show the contributions of the Pounds to the teaching process learning of students with limitations in hearing, from the perspective of teachers. The Research is of the Exploratory type of qualitative approach of theoretical and empirical nature. At first a bibliographical research was carried out, later a field study was carried out, with a visit at the school in question for the application of the semi-structured interview questionnaires, in order to collect the data. In this research it was possible to verify that the majority of the teachers present specialization to be acting in the education of these students. All are in favor of including deaf students in the regular classes. Regarding difficulties in communication, the teachers cited little or no knowledge of the Libras by the student, which impairs the effectiveness of the teaching-learning process. They stated that there is a need for an interpreter in the classroom at all times, as well as the importance of continuing training that would provide subsidies for the teacher to teach his classes satisfactorily. Finally, through this research it was possible to only reaffirm the conjuncture in which Brazilian inclusive education is found, because the look of these teachers reflects the way this type of education is found in our country. And despite the political advances that have emerged in this context, there is much to be improved in practice in the day-to-day lives of school communities.

Keywords: Deafness, Teachers, Libras.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Especialização.....	36
Tabela 2: As maiores dificuldades.....	37
Tabela 3: A língua de sinais em sala de aula regular	38
Tabela 4: A escola e o portador de deficiência auditiva	40
Tabela 5: Melhorias na escola.....	41

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1	CONCEITO DE LIBRAS	12
2.2	A HISTÓRIA DOS SURDOS	14
2.3	FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA ADVENTO DAS LIBRAS	16
2.4	A PRÁTICA SOCIAL DESSA LINGUA NO BRASIL	18
2.5	MUDOS E SURDOS NO CONTEXTO E A INCLUSÃO ESCOLAR	20
2.6	PROGRAMAS E LEIS QUE AJUDAM NA INCLUSÃO DESSES ALUNOS	22
2.6.1	Programa nacional PROLIBRAS	23
2.6.2	Instituto Nacional de educação de Surdos (INES).....	26
2.7	A PRÁTICA DE LIBRAS NAS ESCOLAS PARAENSES	27
2.8	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	29
3	METODOLOGIA	34
4	RESULTADO E DISCUSSÃO	35
5	CONCLUSÃO	42
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	43
	APÊNDICE	48

1 INTRODUÇÃO

As pessoas de forma geral sempre sentem a necessidade de se comunicarem e falarem uma com as outras, a comunicação é melhor forma de relacionamento pessoal e interpessoal. Dessa forma, cada indivíduo expressa aquilo que sente e o que deseja. Essas expressões estão ligadas sentimentos como raivas, anseios, medos e desejos, ou seja, a comunicação é essencial para o desenvolvimento de quaisquer grupos social que existe no contexto social, a fala nesse sentido faz as pessoas informarem o que querem.

Partindo desses pressupostos, compreende-se que os grupos sociais têm seu início fundamentado no âmbito familiar, esse círculo familiar é imprescindível para o bom crescimento e desenvolvimento das pessoas e suas reações pessoais e interpessoais. Nesse sentido, é notável que depois da família venha outros grupos para comunicação que são os grupos sociais em todas as instâncias que existem.

Nesse sentido, as pessoas que nascem com limitações e com deficiência na audição, são consideradas surdas, logo essas pessoas apresentam dificuldades para falar. Ou seja, o surdo não ouve as pessoas se expressando, então automaticamente essas pessoas com deficiência não tem controle sobre a altura do som do que vai dizer e automaticamente se limita no que vão falar.

Portanto este trabalho justifica-se na ideia voltada para o tema em questão que é “Contribuições das libras na educação de alunos surdos: olhares de professores da escola Padre José de Anchieta” este tema em questão, ressalta a relevância social deste trabalho que pretende contribuir com os profissionais da educação e com a comunidade. Considerando que a maioria dos educadores não dispõe de cursos de capacitação para trabalhar com essas crianças, e também são poucos os profissionais que tem formações nessas áreas.

A visão dos professores sobre essa temática é importantíssima, visto que os mesmos são agentes fundamentais da educação, e não é indiferente saber o que pensam acerca das contribuições da Libras para a educação. Assim é importante que se compreenda como eles têm vivenciado esse processo no dia a dia do seu trabalho.

Deste modo, esse trabalho visar mostrar as contribuições das Libras para o processo de ensino aprendizagem dos alunos com limitações na audição, sob a ótica dos professores, para isso levantou-se algumas questões norteadora como: Como é o processo de ensino e aprendizado desses alunos? Que olhar os professores tem

em relação ao tratamento destes? O que a legislação determinada sobre os direitos que esses indivíduos têm? Entre outros questionamentos.

2 REFERENCIAL BIBLIOGRAFICO

2.1 CONCEITO DE LIBRAS

De forma geral a comunicação faz toda diferença no contexto social, as diversas maneiras como elas surgem são apenas para propósitos definidos, sempre o ato de dar e receber informações sobre algo ou alguém requer a fala como um ponto fundamental. A forma de comunicação mais comum e usada entre as pessoas são as falas, com as falas expressamos tudo o que precisamos e com a escrita mostramos tudo que queremos quando não conseguimos falar.

Diante disso surge nesse cenário uma forma de comunicação essencial para as relações humanas que é a Libras, destinada principalmente as pessoas que apresentam limitação na audição.

As línguas de sinais são designadas línguas de modalidade gestual-visual (ou espaço-visual), pois a informação linguística é recebida pelos olhos e sintetizada pelas mãos. A Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – FENEIS define a Língua Brasileira de Sinais – Libras como: “ a língua materna dos surdos brasileiros e, como tal, poderá ser aprendida por qualquer pessoa interessada pela comunicação com esta comunidade”. E ela está formada de todos os componentes relacionada às línguas orais, como gramática, semântica, pragmática, sintaxe e outros elementos apresentando, assim, os requisitos científicos para ser tida como um instrumento linguístico. Possui todos os elementos identificáveis de uma língua e requer prática para seu aprendizado, tal como qualquer outra língua. (...) É uma língua viva e autônoma, adotada pela linguística (FERREIRA *et al.*, 2011).

A LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais, ao contrário do que muitos pensam, é uma língua e possui uma estrutura gramatical própria, ultrapassa as ideias daqueles que acreditam ser apenas gestos ou mímicas, como uma maneira de comunicação entre os deficientes auditivos. Considera-se a LIBRAS uma língua por possuir corretamente os níveis linguísticos fonológico, morfológicos, sintático e semântico, e o que vai diferenciar essa língua das demais é a sua modalidade visual-espacial, pois, o que denominamos de palavra na língua oral-auditiva, na LIBRAS é denominado por sinais. (LIMA, 2017, s/p).

Conforme as declarações do autor supracitado a Libras é uma linguagem universal, rica em informações, que tem um objetivo claro que é receber e transmitir informações para pessoas que apresentam essas limitações. Essa forma de comunicação surge em um cenário social fazendo toda diferença, porém nem sempre no decorrer da história o tratamento com essas pessoas eram um tratamento agradável, sempre havia lugares que não tratavam essas pessoas com a dignidade que deveria ter.

Um outro conceito de Libras está estabelecido pela Lei nº 10.436/2002, sendo a língua oficial das pessoas surdas. Conforme a própria terminologia, a Libras é usada apenas no Brasil (SCHLÜNZEN *et al.*, 2012).

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2018)

Diante do exposto em Lei, devemos entender a Libras como um idioma de mesmo estatuto que o inglês, francês ou qualquer outro. Deste modo usado e reconhecido no seu país de origem. A Libras é uma língua de sinais e cada nação possui a sua, tal como: a “American Sign Language” (língua de sinais norte-americana); a “British Sign Language” (utilizada na Inglaterra); a “Lengua Española de Signos” (utilizada na Espanha); entre outras (SCHLÜNZEN *et al.*, 2012).

Conforme Honora, 2009, p. 41:

As línguas de sinais são naturais, pois surgiram do convívio entre as pessoas surdas. Elas podem ser comparadas à complexidade e à expressividade das línguas orais, pois pode ser passado qualquer conceito, concreto ou abstrato, emocional ou irracional [...]. Trata-se de línguas organizadas e não de simples junção de gestões. Por este motivo, por terem regras e serem totalmente estruturadas, são chamadas de LÍNGUAS. [...]. As línguas não são universais. Cada uma tem sua própria estrutura gramatical, sendo assim, como não temos uma única língua oral, também não temos apenas uma língua de sinais.

É importante ressaltar aqui, que assim como em qualquer língua viva, nas línguas de sinais ocorrem variações regionais e locais, estilos pessoais, uso em contexto, norma padrão, gírias e constante invenção e transformação de sinais. E Além da língua de sinais, existe o alfabeto manual, que se trata do conjunto de sinais representado por uma posição de mão e dedos, apropriada a cada uma das letras do alfabeto escrito. Portanto, ele não é uma língua de sinais em si, porém um recurso de soletração útil para os surdos ou ouvintes alfabetizados. O alfabeto manual é principalmente usado para soletrar nomes próprios e outras palavras cujos sinais ainda não existam ou que sejam desconhecidos pelo sinalizador (FERREIRA *et al.*, 2011).

2.2 A HISTÓRIA DOS SURDOS

Pessoas que nasceram com limitações na audição nem sempre no decorrer da história eram tratadas de formas apropriadas, muitas eram eliminadas, isso de acordo com cada lugar onde nasciam. Essas pessoas precisavam se comunicar, porém não se expressavam como as demais pessoas.

Muitos deles não entendiam por completo a sua audição e por conta disso falavam pouco ou nem desenvolviam as falas porque não conseguiam entender as palavras das pessoas em seu ciclo social.

Na antiguidade, os Gregos viam os surdos como animais, pois para eles o pensamento se dava mediante a fala. Sem a audição os surdos na época ficavam fora dos ensinamentos e com isso, não adquiriam o conhecimento. Os Romanos privavam os surdos de direitos legais, eles não se casavam, não herdavam os bens da família e diante da religião, a igreja católica considerava os surdos sem salvação, ou seja, não iriam para o reino de Deus após a morte. Pode-se dizer que a condição do sujeito surdo era a mais miserável de todas, pois a sociedade os considerava como imbecis, anormais, incompetentes (SILVA, 2009 p 06).

Assim conforme exposto na citação anterior o autor entende que os gregos sempre procuravam ser perfeitos fisicamente em sua sociedade, logo era um povo de raça guerreira, portanto era necessário para guerra um povo forte e hábil para isso,

ou seja, um soldado em guerra com seus sentidos comprometidos se tornaria um problema que poderia comprometer os companheiros.

Do ponto de vista filosófico os gregos tratavam as pessoas como animais, os romanos por sua vez deixavam limitados os direitos dos surdos, dentro do contexto atual algumas tribos também eliminam ou isolam pessoas com tal deficiência.

Assim essas pessoas também precisavam se comunicar, porém a sociedade em sua volta já determinava o que eles não teriam os mesmos direitos que as pessoas ditas normais e simplesmente em vários casos essas pessoas eram eliminadas.

Durante a Idade Média e a Idade Moderna, novos cenários se desenharam para os indivíduos surdos, foram marginalizados, apequenados e tidos como não educáveis, em outros passaram a contar com esforços assistenciais, caritativos e instrucionais. São poucos os vestígios que indicam a maneira como se davam as trocas comunicativas em sinais dentro dos mosteiros, e ainda mais raros são os registros que dão pistas de como esse índice era usado para a difusão dos sistemas simbólicos entre monges e religiosos de outras prelazias. Além de sublinhar que os esforços da educação de surdos eram, durante a Idade Média, comumente assumidos por iniciativas religiosas e destinavam-se a um (muito) restrito grupo de crianças e jovens, membros das nobrezas locais. A contextualização histórica dessa clientela faz-se necessária para problematizar a ideia, por vezes vulgarizada, de que a partir do século XVI “os surdos” passaram a contar com espaços de educação formal (EIJ, 2017 s/p).

Considerando o texto entende-se que na idade média essa forma de tratamento para com essas pessoas ganha uma conotação diferente, dessa forma a ideia de tratamento ganha peso principalmente na questão metodológica de ensino usado pelas igrejas, aplicações de desenhos e rabisco que de uma forma bem ampla “abria a mente” das pessoas.

Os históricos relatados a respeito do tratamento recebido pelas pessoas com deficiências são perversos e sem dúvida uma demonstração de vitimização que os surdos foram submetidos. Vítimas de extermínio e de isolamento, pois eram olhados como uma aberração.

Seguindo os relatos da forma como os surdos eram tratados, no Egito os mesmos eram adorados tais como deuses, desta forma eram temidos e respeitados pela população e eram considerados mediadores entre os deuses e os Faraós. Já em Esparta, os mesmos ao nascer eram condenados à morte, visto que esse acontecimento era tido como mau presságio para os familiares. Para Aristóteles, os

surdos não possuíam a aptidão de raciocinar. Porém, Sócrates, afirmou que era aceitável que os surdos comunicassem com o corpo e as mãos. Os chineses lançavam-nos ao mar (FERREIRA *et al.*, 2014).

Enfim, por muito tempo na história da humanidade, os surdos foram vistos como incapazes. Atualmente, na “era da inclusão”, verifica-se que inábil mesmo era a capacidade e a sensibilidade dos ouvintes ao insistirem na “loucura” de obrigar aqueles que não podiam ouvir a se adequar a sociedade dos falantes (OLIZAROSKI, 2013).

2.3 FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA ADVENTO DAS LIBRAS

Apesar de não se ter dados oficiais, a respeito do surgimento da Língua de Sinais no mundo, acredita-se que a utilização do alfabeto manual se deu no século XVII, pelas pessoas surdas, na Espanha. No mesmo período os monges, também faziam uso desse tipo de comunicação nos mosteiros, por conta do voto de silêncio e, além disso, passaram a ensinar o alfabeto dos surdos. A exemplo o monge Pedro Ponce de León é considerado o primeiro professor dos surdos na história, visto que dedicou-se a essa educação, usando um parâmetro a datilologia, a escrita e a fala, no entanto, não existe dados pormenorizados sobre sua metodologia educativa (FERREIRA *et al.*, 2014).

De acordo com o Portal Educação, 2017:

Não existem relatos específicos sobre a origem da Língua de Sinais, porém destaca-se o início de seu uso no ano de 1760 na cidade de Paris na França, onde o abade L'Epée de aproximadamente sessenta anos fundou a primeira escola pública para surdos. Destaca-se que a partir da fundação desta escola iniciou-se a multiplicação de profissionais surdos e ouvintes que se espalharam pelo mundo disseminando o uso da Língua de Sinais, foram criadas várias outras escolas, onde além do uso das Línguas de Sinais nacionais, exploravam-se novos recursos na educação dos surdos.

Felipe (2005) traz mais informações sobre o surgimento da linguagem de sinais, o mesmo afirma que: “o Abade L'Epée, na França, fundou uma classe para pessoas surdas, com uma metodologia de linguagem gestual denominada de ‘A LINGUAGEM

DE SINAIS METÓDICOS'. Abade Sicard, sucesso de Abade L'Epée, escreveu o primeiro dicionário em sinais”.

Dessa forma surgem todas as evidências que daria origem a essa linguagem, posteriormente, surge diversos outros eventos voltados ao surgimento dessa língua, o que originou uma linguagem mais clara e enraizada. Aos poucos surgiram os métodos, voltado para essa prática de ensino e a esse público em específico.

Thomas Gallaudet (1787-1851) foi para a França aprender o método desenvolvido por L'Epée na educação de surdos, método chamado de Sinais e Sistema de Sinais Metódicos. No Instituto Nacional para Surdos-Mudos, foi instruído pelo professor surdo Laurent Clerc. Posteriormente, os dois foram aos Estados Unidos, onde implantaram a primeira escola pública para surdos em Hartford, Connecticut, escola chamada de “The Connecticut Asylum for the Education and Instruction of the Deaf and Dumb Persons” (ABREU, 2017, s/p).

Assim esse acontecimento ocorrido na cidade de Paris foi essencial para que esse público recebesse uma atenção maior do que realmente estava acontecendo com a evolução e necessidade de comunicação dessas classes. A escola fundada e voltada para esse público foi um passo que destacou profissionais na área.

Conforme o texto nota-se que na França os métodos de sinais passaram ser um caminho indispensável para a prática de ensino, a exemplo do que ocorreu na França, os Estados Unidos também investiu em escolas voltadas para esse público, com a ideia de inclusão social e valorização dos mesmos.

Já no Segundo Império do Brasil, a chegada do educador francês Padre Hernest Huet (que era surdo) trouxe consigo o alfabeto manual francês e a Língua Francesa de Sinais criada por Abade L'Epée, para o “método combinado” a dar origem à Língua Brasileira de Sinais, porém, não existia escolas especiais. Foi L'Epée, o educador mais admirável a desenvolver a língua de sinais em terras brasileiras, a convite de Dom Pedro II, para trabalhar com os surdos brasileiros. Em 1857, foi pedido para o Imperador Dom Pedro II, a formação de uma instituição, a Instituição dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, hoje a atual Instituto Nacional dos Surdos - INES. Foi a partir deste instituto que emergiu a partir da Língua de Sinais Francesa, traduzida pelo padre Huert, juntamente com a língua de sinais brasileira antiga, já

utilizada pelos surdos de diferentes regiões do Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (FELIPE, 2005).

De acordo com a organização Cultura Surda, (2017) “Em 1880 aconteceu um Congresso em Milão, Muitos pesquisadores nessa reunião constataram que houve um retrocesso na educação das pessoas surdas, a maior parte dos surdos, não avançava na escolaridade, tinham bastante dificuldade”. Dificuldade esta decorrente da metodologia aplicada na época, onde havia uma predominância de um ensino centrado na oralidade.

Dessa forma a aprendizagem era ineficiente. Partindo desse fracasso, novas análises e estudos foram essenciais para o uso prático dessa língua no contexto social.

A Libras é uma língua de um povo, e por ser uma língua, ela é viva, autônoma e reconhecida pela linguística. Ela é composta por todos os elementos pertinentes às línguas orais, isto é, ela possui organização gramatical, semântica, pragmática, sintática e demais elementos pertinentes à qualquer língua estruturada. Mas não espere tal organização como um espelhamento do português, pois não é. Quer um exemplo? Artigos não são utilizados pelos surdos na estruturação frasal da Libras. Flexões verbais também não são utilizadas e assim inúmeras outras diferenças entre o português e a Libras podem ser enumeradas (LONGONE, 2012, p 02).

Portanto essa linguagem surge para fazer parte da vida das crianças surdas, mesmo essa criança crescendo no meio da língua portuguesa alguns consegue até ler lábios, porém há palavras que não conseguem entender, nesse sentido as libras faz toda a diferença.

2.4 A PRÁTICA SOCIAL DESSA LINGUA NO BRASIL

O Brasil nesse sentido já procurava sempre esta entre os países que de alguma forma queria dar condições para surdos aprenderem, logo as relações sociais eram mais difíceis. Dentro de suas casas as relações eram essenciais, os parentes mesmo com pouca afeição conseguiam entender as informações passadas.

Essas limitações, ou seja, o tratamento era compressível em parte, mas quando esses indivíduos passavam para o convívio no contexto social a relação já se tornava

mais difícil, porque nem todos tratava com um grau de seriedade a situação, ou seja, a aceitação não era da maioria, isso gerava varias situações desagradáveis para os surdos. Diante dessa situação no convívio dos brasileiros surge o primeiro instituto de surdos.

A Língua Brasileira de Sinais surgiu a partir do Instituto dos Surdos-Mudos, fundado em 1857 como primeira escola para surdos no Brasil – atualmente denominado Instituto Nacional da Educação de Surdos (INES). No Brasil, a Lei 4875/98, que oficializa a LIBRAS em todo o território nacional, ainda se encontra no Congresso Nacional aguardando aprovação. Enquanto isso, alguns estados e municípios brasileiros aprovaram leis para a oficialização da LIBRAS em suas cidades. (MENEZES e SANTOS, 2001, p, 05).

Diante disso, o que se percebe é uma popularização agora de uma língua que dar as mesmas condições para o individuo que tem essa deficiência consiga ter a mesma estrutura de aprendizado que o cidadão dito normal, dessa forma a cultura surda que tem uma formação de contato com uma determinada cultura, vai está sempre em situação de necessidade com o outros, sendo a cultura surda o local onde o surdo constrói suas características de forma a assegurar a sua sobrevivência dentro das diversas culturas existentes (MENEZES e SANTOS, 2001).

Aproximadamente 95% dos surdos são filhos de pais ouvintes e 5% são filhos de pais surdos, o surdo está exposto à língua portuguesa no seu núcleo familiar e social, entretanto, ele também está incluído em uma comunidade surda, onde a Libras é a língua dominante. Logo, cabe à toda sociedade compreender definitivamente o caráter bilíngue do surdo. (LONGONE, 2012, p 02).

Conforme o texto é compreensível entender que a maioria desses filhos que nascem são de pais que ouvem naturalmente, esses filhos antes que entram no contexto escolar tem contatos com as mais diversas pessoas, principalmente o ciclo social familiar.

Por mais que a família o trate com todo amor, cuidado e respeito o seu desafio maior vai estar nas relações fora desse ambiente. Dentro de casa as famílias adotam uma forma de comunicação por gestos. Gestos compreensíveis tanto para o surdo e

mudo como para os parentes. A linguagem de libras, praticamente não é adotada nesse sentido, ela é aprendida dentro da própria escola, logo ela é um conhecimento formalizado.

2.5 MUDOS E SURDOS NO CONTEXTO E A INCLUSÃO ESCOLAR

As relações pessoais e interpessoais fazem toda diferença quando principalmente existem as comunicações verbais, ou seja, quando as pessoas falam uma com as outras, elas abrem um leque de informações que geram os mais diversos tipos de momento e a escola é um ponto para essas relações.

No Brasil essa perspectiva de inclusão surge há muito tempo em uma forma de ensino controlado pelo estado, no ano de 1854 já havia uma base para esse pensamento essencial para o desenvolvimento de uma nova forma de ensino que incluía pessoas que apresentasse limitações na audição e na fala.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. Nessa perspectiva, os fatos históricos mostram-se presentes na sociedade na situação sobre inclusão da pessoa surda, pois a comunidade surda tem sofrido muito desde a antiguidade, por terem sido discriminados totalmente do meio social, sofrido maus tratos e muitas vezes reprimidos. (MACEDO, 2015, p 05)

Considerando o texto nota-se que essa forma de inclusão faz toda a diferença na vida das pessoas, naquela época já havia uma forma de fazer com o que esses indivíduos se sentissem mais integrados a sociedade. A partir desse momento o Brasil foi criando novas etapas de atendimento que estava voltado especificamente em pessoas que apresentassem essas limitações.

Partindo desses pressupostos entende-se que um dos ambientes que mais proporciona igualdades para todos é o ambiente escolar, que dar os mais diversos momentos na vida de uma pessoa que esta passando pelo processo de desenvolvimento físico e psicológico. Para as pessoas de todas as formas diferentes que se pode imaginar, porém quando se coloca o individuo que tem suas limitações na audição, surge outro cenário.

Dentro da escola as pessoas tem contato com os mais diversos tipos de pessoas. Diante disso é necessário criar programas que inclua essas pessoas nesse mundo para o aprendizado de uma maneira que ela não se sinta discriminada e nem desconfortável.

Ser contrário à inclusão escolar de alunos com surdez é defender *guetos* normalizadores que, em nome das diferenças existentes entre pessoas com surdez e ouvintes, sectarizam, homogeneizam a educação escolar. As pessoas com surdez e/ou alguns profissionais que atuam na sua educação, em alguns momentos, usam o discurso multicultural, defendem as identidades não fixadas, o pluralismo cultural, mas, enfatizam as relações de poder de um grupo majoritário de ouvintes sobre o grupo minoritário de pessoas com surdez. A escolaridade *guetificada* tem sido defendida, pautada em cultura, língua e comunidade próprias para as pessoas com surdez e que essa posição se baseia em teorias que estão camuflando a visão segregacionista em nome das diferenças (DAMÁZIO, 2005, p.12).

No Brasil os surdos e mudos não tem sido atendidos de maneira efetiva no ambiente escolar ficando sempre a mercê de instituições filantrópicas, e com pouco atendimento especializado. No Brasil o tratamento com essas pessoas em parte é agradável em outra parte se torna um tormento para essas pessoas (DAMÁZIO, 2005).

Os desafios de transformar a escola comum, porém, esta é a escola para todos e de todos, dessa forma para uma escola fazer isso precisa ter pessoas com qualidades profissionais que possam atender na integrar esse publico que é essencial (DAMÁZIO, 2005).

Logo é preciso transformar as práticas educativas, vencendo os entraves e as discriminações e aplicando conhecimento e trabalhando as relações pessoais de maneira que o indivíduo aprenda e construa o conhecimento. Os alunos surdos devem ser atendidos pelo sistema regular de ensino, no entanto, este pode ser um processo

lento, pois, a grande maioria dos professores ainda não estão preparados para atender alunos com necessidades especiais.

Assim o ensino bilíngue, tendo a Libras como a língua natural e o Português como segunda língua, é aceito como indispensável para a inclusão democrática das pessoas surdas na sociedade brasileira (FERREIRA *et al.*, 2011).

De fato, para os surdos, o aprendizado da Língua Portuguesa (oral-auditiva) não é o caminho natural, sendo a Língua Brasileira de Sinais (visual-espacial) a mais adequada para o desenvolvimento cognitivo inicial. Todavia, pela convivência histórica e cotidiana com uma cultura de ouvintes, a aquisição da Língua Portuguesa como segunda língua é fator imprescindível para a inclusão das pessoas surdas na sociedade brasileira. Assim, a proposta de ensino bilíngue para surdos, na qual a Libras é reconhecida como a língua natural e como pressuposto para o ensino do Português, “atravessa a fronteira linguística e inclui o desenvolvimento da pessoa surda dentro da escola e fora dela em uma perspectiva socioantropológica” (SILVA, 2008, p. 50).

2.6 PROGRAMAS E LEIS QUE AJUDAM NA INCLUSÃO DESSES ALUNOS

Para pleno funcionamento escolar, torna-se necessário a busca por oportunidade de aprendizado que quem pode dar e oferecer uma vida mais digna e profissional para esse público. Para isso toda estrutura é o governo que pode dar dentro do ambiente escolar, um local adaptável para pessoas que tem essas limitações nas falas e na audição.

Esses alunos não podem ir sem nenhum propósito para escola, na prática essas pessoas irão encontrar uma base fundamental de programas criados pelo governo que servirão de benefícios para o crescimento de conhecimento desses alunos.

De acordo com o MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, 2011 p. 03 :

A partir de 2011, o Programa Nacional para Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais (PROLIBRAS) será realizado pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), órgão vinculado ao Ministério da Educação, com sede no Rio de Janeiro. Desde 2006, quando o Prolibras fez o primeiro exame, as provas são realizadas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Até 2009, a universidade certificou 5.128 profissionais, sendo 1.349 em 2006, e em seguida 1.511 (2007), 1.283 (2008) e 985 (2009).

Conforme o texto do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2011) foi criado programas voltados para uma forma de ensino que vai dar todas as condições necessárias o processo de ensino e aprendizado. Torna-se necessário portanto que o indivíduo diante disso tenha ferramentas necessárias para seu pleno desenvolvimento e aprendizado.

2.6.1 Programa nacional PROLIBRAS

Um dos programas fundamentais para o desenvolvimento do aprendizado dos surdos e mudos é o próprio PROLIBRAS, que teve seu surgimento com a comunidade de surdos e mudos que sempre respeitavam a língua de sinais e quando tinham acesso a mais informações criavam novas expectativas sobre novas formas de aprendizado.

O exame Prolibras é um exame de proficiência que objetiva certificar instrutores e professores de língua de sinais e tradutores e intérpretes de língua de sinais (QUADROS *et al.*, 2009).

O exame Prolibras é uma combinação de um exame de proficiência propriamente dito e uma certificação profissional proposto pelo Ministério da Educação como uma ação concreta prevista no Decreto n. 5.626/2005, decreto que regulamenta a Lei n. 10.436/2002, chamada “Lei de Libras”. Basicamente, esse exame objetiva avaliar a compreensão e produção na língua brasileira de sinais – Libras. O exame Prolibras não substitui a formação em todos os níveis educacionais. Os cursos de graduação para a formação de professores de Libras e de tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa já começaram a ser oferecidos no país. No entanto, o prazo de formação e criação desses cursos é mais longo. Assim, o exame Prolibras vem resolver uma demanda de curto prazo. (QUADROS *et al.*, 2009).

Os objetivos do exame Prolibras é certificar a proficiência em Libras, de pessoas, surdas ou ouvintes, com escolaridade de nível médio completo ou superior, para o ensino da disciplina em cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos. Certificar a proficiência em interpretação da Libras/Língua

Portuguesa/Libras e tradução, para o exercício dessa função em recintos educacionais (QUADROS, 2004).

O professor de língua de sinais é um profissional de várias atribuições em diferentes contextos. O professor de língua de sinais fará a familiarização da comunidade da criança surda com a língua de sinais. Será o professor de segunda língua, ao ensinar a Libras para indivíduos que possuem o português como primeira língua. Na perspectiva da Libras como uma segunda língua, os docentes atuaram nos cursos de formação de professores e nos cursos de fonoaudiologia, tal como previsto no Decreto n. 5.626/2005. No mais a Libras deve se fazer presente nos currículos dos cursos de formação. Logo, este será mais um dos campos de atuação para o professor de língua de sinais. O mesmo poderá está passando conhecimento para os futuros docentes com o intuito de norteá-los sobre essa língua no contexto escolar (QUADROS *et al.*, 2009).

No contexto voltado para o ambiente escolar os professores deverão trabalhar com os discentes ouvintes a Libras na perspectiva de segunda língua. Eles ensinarão a língua de sinais para os colegas dos alunos surdos e para as pessoas que fazem parte da comunidade escolar. Além disso, uma das atuações mais importantes dos professores de Libras está relacionada com o contexto da própria criança surda (QUADROS, 2004).

Enfim o exame Prolibras certifica o tradutor-intérprete de língua de sinais para atuar em diferentes contextos de tradução e interpretação. No entanto, a formação nessa área é imprescindível, visto que a função desse profissional exige profissionalismo e preceitos éticos, uma vez que eles intermediam relações entre pessoas que usam diferentes línguas e tomam a palavra do outro para passar a outro (QUADROS *et al.*, 2009).

A respeito do profissional tradutor-intérprete de língua de sinais que atua na tradução e/ou interpretação da Libras e da Língua Portuguesa. Esses profissionais devem atuar fundamentalmente em três diferentes áreas de trabalho:

- a) intermedia a comunicação entre as pessoas surdas usuárias de Libras e as pessoas ouvintes usuárias da Língua Portuguesa em diferentes contextos;
- b) traduz os textos da Libras para a Língua Portuguesa e os textos da Língua Portuguesa para a Libras;
- c) auxilia no esclarecimento da forma escrita produzida pelos surdos em quaisquer contextos que se façam

necessários (concursos, avaliações em sala de aula, documentos, etc.) (QUADROS *et al.*, 2009).

A Lei Nº 10.436/02 que torna oficial a Língua Brasileira de Sinais Libras, em seu Artigo 2º considera como pessoa surda, aquela que pela perda auditiva, interage com o mundo por meio de experiência visual e manifesta sua cultura principalmente pelas Libras. Em seu § único considera como deficiente auditiva à pessoa que apresenta perda auditiva bilateral, parcial ou total de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, através de audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000Hz, 2.000 Hz e 3000 Hz.

A preparação e execução do Prolibras é um trabalho feito a muitas mãos, mãos dos surdos e dos ouvintes. Um trabalho em que o preconceito ficou fora. Ele amplia o uso da tecnologia adaptada à língua de sinais e mostra as possibilidades que ela trouxe para a população surda, pois permite trabalhar muito bem com o visual. Todo o trabalho é executado com rigoroso cuidado técnico para que os examinados possam ter ideia exata dos rápidos movimentos de corpo e mãos que cada sinal faz aparecer e desaparecer (STUMPF, 2009, p 05).

Considerando o texto fica evidente que o programa surge com um objetivo de facilitar o processo de aprendizado desses alunos, incluindo uma forma de entendimento voltado dos alunos através do uso tecnológico.

São exames que visam certificar instrutores e professores de língua de sinais e tradutores e interpretes, dessa forma os professores trabalham com a ideia de facilitar a vida e linguagem, logo é um direito que todas pessoas tem de aprender uma língua e manter sua comunicação, nesse sentido as libras se tornam essencial para contribuir com essas pessoas surdas.

Esses profissionais qualificados poderão planejar aulas voltadas a essas pessoas, coordenar programas, fazer publicação de edital de exames, estabelecendo as regras para cada edição, além de várias outras funções dentro desse sentido.

2.6.2 Instituto Nacional de educação de Surdos (INES)

O Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES – representou um importante instrumento de divulgação da Libras no país. Fundado em 1857 e desde esta data une discentes surdos do país inteiro para garantir a escolarização (QUADROS *et al.*, 2009).

O INES, órgão do MEC, tem como missão a produção, o desenvolvimento e a divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos na área da surdez em todo o território nacional, assim como subsidiar a Política Nacional de Educação, na perspectiva de promover e assegurar o desenvolvimento global da pessoa surda, o respeito às suas diferenças e sua plena socialização. Além disso, Contribuirá na prevenção e detecção precoce da surdez na sociedade brasileira. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000).

Para a realização desta finalidade o INES possui como função o desenvolvimento de pesquisas, a formação e a capacitação de recursos humanos e a assessoria técnica aos profissionais e instituições que atuam na área da surdez. Objetivará, ainda, pelo aprimoramento de seu projeto político pedagógico. O INES atua em parceria com organizações governamentais nas esferas federal, estadual e municipal, universidades, organizações não governamentais, empresas e associações representativas da população surda e a sociedade em geral (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000).

De acordo IE – Instituto INES-Instituto Nacional de Educação de surdos, 2017 s/p. Essa instituição vinculada à forma de ensino que temos no país se estruturou ao longo do tempo e mais ainda atualmente, mais suas ramificações são de tempos atrás.

Toda esta história começou em 26 de setembro de 1857, durante o Império de D. Pedro II, quando o professor francês Hernest Huet fundou, com o apoio do imperador o Imperial Instituto de Surdos Mudos. Na época, o Instituto era um asilo, onde só eram aceitos surdos do sexo masculino. Eles vinham de todos os pontos do país e muitos eram abandonados pelas famílias. O Instituto funcionou em vários endereços: na Rua Municipal nº 08 (atual Rua Maryrink Veiga), no Centro; na Ladeira do Livramento nº 29, no bairro da Saúde; no Prédio do Campo da Aclamação nº 49 (atual Praça da República), também no Centro; na Rua Real Grandeza, s/nº (canto de São Joaquim), em Botafogo e finalmente na Rua das Laranjeiras, 95 (atualmente 232). 1931: Em 1931 foi criado o externato feminino com oficinas de costura e bordado. Com isso, o INES consolida o seu caráter de estabelecimento profissionalizante, instituído em 1925.

De acordo com o texto nota-se que esse instituto nasce com um proposito de fazer a inclusão social dos surdos de maneira que os mesmo depois de ter acesso

direto e indiretamente com o instituto teriam um plano de entendimento e de vida melhor, isso relacionado ao aprendizado.

Esse órgão tem o poder de divulgar o conhecimento científico e tecnológicas e desenvolvimento de políticas nacionais de educação, na perspectiva de promover sempre e assegurar um sistema de ensino com proporcionalidade e sua plena socialização e o respeito de suas diferenças.

Desse modo compreendemos que os brasileiros sempre receberam novas oportunidades de criarem soluções para esse público com essas limitações assim, existem outros órgãos que apresentam e dão as mais diversas oportunidades de crescimento para o surdo. Estes órgãos de forma geral estão ligados ao governo e sempre tem políticas públicas com o objetivo de facilitar a vida dessas pessoas e agregarem novos conhecimentos através do acesso a educação.

Em muitas “escolas inclusivas” da rede regular de ensino, a atual inclusão dos alunos surdos se faz por intermédio de um intérprete. “Este tem por função traduzir, para a língua de sinais, o que professor está falando. Neste sentido, o professor continua explicando o conteúdo para os alunos ouvintes e espera que o intérprete faça o seu trabalho para que os alunos surdos sejam incluídos”.

2.7 A PRÁTICA DE LIBRAS NAS ESCOLAS PARAENSES

O estado do Pará é o segundo maior estado brasileiro que segundo o Instituto Brasileiro Estatístico e Geográfico – IBGE, 2014, existem um total de “8,074 milhões” em um estado que viver em pleno desenvolvimento, seu crescimento econômico é constante e isso se torna visível para todo o país.

O estado tem um grane investimento financeiro voltado para a educação dos seus cidadãos. Dentro desse contexto é notável que o estado recebe os programas do governo federal para educação de surdos e mudos.

De acordo com o Serviço de informação ao Cidadão-SIC, 2016:

Primeira turma de surdos do curso de letras, habilitação em libras (língua brasileira de sinais), oferecendo pela universidade do Estado do Pará (UEPA), a inclusão é capaz de transformar a vida das pessoas. A SEAD já havia realizado treinamento em libras com servidores, em parceria com a Escola de Governanças Pública do Pará (EGPA). Desde vez, foi contratada

a facilitadora. SEAD vem investindo em ações de inclusão, como o espaço Virtual de cuidados com servidor.

O governo do estado do Pará também tem as secretarias federais que são usadas para trabalhar na inclusão de pessoas com essas limitações, para isso os investimentos são os mais diversos, vindo tanto do governo federal quanto dos municípios.

Focando nesse princípio é que o estado do Pará através da SEAD fez investimentos na primeira turma de surdos e mudos na capital Belém. O que se percebe nesse sentido é que uma turma inteira com pessoas que tem limitações nas falas e na audição, todos predominantemente surdos sendo dessa forma uma verdadeira contribuição para o ensino de surdos e mudos em todo estado.

Conforme Ferreira *et al.*, (2014): “A educação especial no Pará avançou significativamente, a respeito do modelo integrador para alimentar a ideia de aprendizagem para atender os alunos com deficiência”.

O Instituto Felipe Smaldone de ação filantrópica, juntamente com a Instituição Professor Astério de Campos de ação governamental são referências de ensino para o estado (FERREIRA *et al.*, 2014).

O Instituto Felipe Smaldone, foi fundada na Itália no ano de 1930, pelo Padre Felipe Smaldone que se dedicou a educação dos surdos e fundou a Congregação das Irmãs para dar continuidade a missão as pessoas surdas. 1972 no Brasil, a Congregação se estabeleceu na cidade de Belém do Pará, e suas atividades iniciou em 25 de Março de 1973, com 27 alunos surdos na faixa etária de 0 a 14 anos, no regime semi-interno, os alunos são matriculados em turmas de alfabetização a 4º série do Ensino Fundamental, com objetivo de habilitar e reabilitar os portadores surdos que moram nos bairros da cidade. Sendo uma entidade sem fins lucrativos, sustentada por doações de terceiros e o convênios de órgãos públicos como a FUNPAPA e SEDUC. Atende às crianças com deficiência auditiva para desenvolver programas de Estimulação, Integração e Inclusão na rede regular e a Comunicação Oral e Gestual como LIBRAS. Após o último ano de estudo na Instituição os alunos são remanejados para escolas integradas (FERREIRA *et al.*, 2014).

Essas escolas integradas possuem o objetivo o desenvolvimento das potencialidades dos alunos surdos bem como a inclusão social do mesmo. As mesmas integram a estrutura da Secretaria Executiva de Educação do Estado do Pará

- SEDUC, como uma das unidades da Coordenadoria de Educação Especial - COEES. Essa Unidade é responsável pelas seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Maternal, Jardins I e II, Alfabetização, Ensino Fundamental de 1ª à 4ª série, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e um Curso Pré-Vestibular e, os serviços de apoio à inclusão educacional (FERREIRA *et al.*, 2014).

Já o Instituto possui a missão de certificar o direito de acessibilidade comunicacional das pessoas surdas, por em prática um ensino de qualidade por meio de princípios éticos respeito às diferenças individuais e possibilitar a formação de cidadãos críticos, participação no processo social e educacional. (FERREIRA *et al.*, 2014).

Assim Ferreira *et al.*, (2014) continua:” A educação no Pará dentro dos parâmetros surgiu para atender às pessoas surdas nas escolas especializadas no programa educacional e a reabilitação do aluno com deficiência frequentar as escolas regulares”. O autor conclui que a educação no Pará tem avançado modelo de integração e inclusão de ensino, na aprendizagem respeitando as necessidades e os limites de cada um.

2.8 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No Brasil, na década de 70, são criadas salas chamadas de especiais para agregar socialmente os indivíduos portadores de alguma deficiência, sendo a partir desse momento a surgir programas que visavam a inserção profissional de pessoas com deficiência. Esse período possui bastantes avanços para conquista da igualdade e do exercício de direito bem como uma comunidade que começou a cobrar do Estado, para que o mesmo reconhecesse a Educação Especial como responsabilidade e dever (FUMEGALLI, 2012).

As instituições particulares e de caráter filantrópico tiveram papel importantíssimo nessa luta em busca desse tipo de educação, visto que foram estas que organizaram movimentos em prol dos direitos das pessoas com deficiência e trouxeram para o eixo das discussões os direitos, denunciando a discriminação, o preconceito e a ausência de programas educacionais básicos (FUMEGALLI, 2012).

Já no final da década de 80, emerge o movimento de inclusão que se opõem a qualquer situação de exclusão, buscando sempre a igualdade de oportunidades nos

sistemas sociais, incluindo a instituição escolar. Esse movimento mundial tem como metas o direito de todos os discentes façam parte da escola regular bem como a valorização da diversidade. De modo que as diversidades façam parte do estatuto da instituição assim como de todas as formas de construção de aprendizagem no espaço escolar (FUMEGALLI, 2012).

Para Mills (1999, p. 25) o princípio que rege a educação inclusiva é: “o de que, todos devem aprender juntos, sempre que possível, levando-se em consideração suas dificuldades e diferenças”.

Segundo Mantoan (2003):

“Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”, ou seja, é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo.

Mediante esse contexto surgiu um espaço de reflexão sobre os desafios a serem enfrentados no cotidiano escolar para a efetivação de uma educação inclusiva eficiente.

Assim para enfrentar os desafios relacionados a prática pedagógica, metodologias diversificadas, o autor Moraes (2016), enfatiza a formação dos profissionais da educação, ressaltando que nem todos os recursos da pedagogia habilitam o professor a trabalhar com todos os tipos de deficiências. Deste modo, cabe ao docente ser consciente de que ele é um eterno pesquisador, transformando cada desafio numa busca de novos conhecimentos e possibilidades. O autor continua falando do papel do professor ao dizer que serão atividades concretas e bem fundamentadas que poderão dar um caminho para o professor conseguir ajudar no processo de desenvolvimento das capacidades de seus alunos, a partir de uma nova ótica em relação ao aluno e suas diferenças.

Mantoan (2006) compreende que a dificuldade com a formação docente deve ser o caminho a ser seguido para se motivar a lutar pelo direito de todos à educação no contexto de garantia de que tal formação aconteça. O autor continua ao falar sobre as condições de trabalho pouco favoráveis podem limitar as chances de êxito da

inclusão e do aprendizado dos alunos. E os desafios enfrentados pelos professores passam por diversas esferas, sejam elas políticas, de gestão da escola.

É importante também citar como desafios a ser superados para uma educação inclusiva de qualidade: a falta de estrutura adequada para receber esses alunos no ensino regular, falta de material pedagógico e a falta de recursos humanos especializados.

A trajetória da Educação inclusiva foi se formando ao longo da história da educação como um movimento mundial com lutas incessantes por uma educação inclusiva de qualidade, com o intuito de garantir os direitos dos estudantes. A luta tem sido por meio de uma ação política, cultural, social e pedagógica na defesa de todos os estudantes estarem juntos, aprendendo e participando sem nenhum ato de discriminação aos que apresentem alguma dificuldade(FERRARI E MENEGETTI, 2015).

Assim a ideia é criar um ambiente escolar, capaz de vencer todos os desafios que possam ir contra os objetivos da educação inclusiva e criar um ambiente de respeito às diferenças com a participação ativa dos sujeitos, oportunizando a aprendizagem para a convivência e para a construção de uma sociedade respeitosa e tolerante (FERRARI E MENEGETTI, 2015).

Sobre isto a Declaração de Salamanca diz:

O direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos. Todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, 4 circunstâncias e aspirações dos seus filhos (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.5,6).

Logo é importante pensar uma nova política econômica e social para uma educação global e que se tenha uma escola que acolha as diferenças, para isto é preciso que várias reformas sejam feitas nas escolas, fundamentadas em normas e leis para que as mesmas possam dar o suporte necessário aos estudantes incluso (FERRARI E MENEGETTI, 2015).

Continuando com Declaração de Salamanca (1994), um dos documentos que fundamenta a política da educação inclusiva nos diz que, o melhor ambiente para uma

criança, jovem assimilar e desenvolver-se cognitivamente, afetiva e socialmente é o a escola de ensino regular. Excluindo condições na qual a criança com deficiência precise de cuidados que a escola regular não possa suprir.

Com base nisso, segundo dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC), as escolas tiveram o prazo de 10 anos, para se adaptar à realidade da inclusão. Porém, esse período acabou em 2010, no entanto há escolas que ainda estão procurando meios para alcançar a meta da inclusão (FERRARI E MENEGETTI, 2015).

Prorrogada pela Portaria 948, de 2007, a Portaria 555 nomeia o grupo de trabalho para organizar a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, que então veio a ser publicada em 2008. Os objetivos dessa política nacional são:

“o acesso a participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização dos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas”.

A escola deve agir como facilitadora da comunicação e da propagação de informações sobre deficiência, objetivando sempre a inclusão social, uma boa qualidade de vida bem como o exercício da cidadania das pessoas com deficiência. A inclusão, usualmente, seu sentido tem sido muito distorcido e pelos diversos segmentos educacionais e sociais. Contudo, inserir alunos com deficiências no ensino regular nada mais é do que aprovar o direito de todos à educação que está assegurado pela Constituição (FUMEGALLI, 2012).

Além disso, o sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular procede, das possibilidades de se conseguir avanços expressivos desses alunos na escolaridade, com o auxílio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E para atingir esse objetivo, a escola regular deve assumir que as dificuldades de alguns alunos não são somente deles, mas resultam da forma como o

ensino é ministrado, e como a aprendizagem é concebida e avaliada (FUMEGALLI, 2012).

O autor supracitado termina nos dizendo que é imprescindível que professores, alunos tidos como “normais” e o Poder Público exerça cada qual o seu papel de instância crítica da realidade e a escola de formadora de cidadãos que possam agregar-se a vida em comunidade. A fim de maximizar a aceitação e a paz social, todas as crianças e jovens devem ter a chance de tornarem-se membros regulares da vida educacional e social.

3 METODOLOGIA

A Pesquisa é do tipo Exploratório de abordagem qualitativa de natureza teórico-empírico. A pesquisa exploratória, segundo Gil (2002, p. 41), tem como objetivo: “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. [...] estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias [...]”.

Para isto primeiramente foi realizado uma pesquisa bibliográfica na plataformas de pesquisa virtual, tal como o google acadêmico, sendo feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros e artigos científicos.

Posteriormente foi feito um estudo de campo, com visita no local da pesquisa com a aplicação dos questionários de entrevista semiestruturada a fim de levantamento dos dados.

Os dados foram coletados por meio de questionários com perguntas semiestruturadas, visto que compreende-se que em estudos qualitativos “[...] há sempre uma tentativa de capturar a ‘perspectiva dos participantes’, isto é, a maneira como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 12).

A pesquisa foi realizada na Escola de Ensino Fundamenta Padre José de Anchieta, localizada no bairro: Santo Antonio, número 852, CEP: 68180-540. Visto que a escola recebe alunos com essas limitações nas falas e sua aplicação de informações é essencial. Essa escola oferece o nível de educação básica, contemplando o ensino fundamental nas séries iniciais e finais e educação de jovens e adultos.

Para melhor entender o tema em questão tornou-se necessário aplicações de questionamentos com perguntas objetivas e claras relacionadas ao tema em questão. Os entrevistados eram todas mulheres com uma média de idade de trinta e um a trinta sete anos, todas atuam no quadro como profissionais da educação especial. Os resultados foram processados mediante a utilização do programa Excel (Microsoft para Windows-2010).

Este trabalho priorizou totalmente as questões éticas, respeitando e preservando a identidade dos entrevistados.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Dando início a entrevista foi realizado a primeira pergunta relacionada a especialização dos entrevistados a pergunta foi:

1º Qual a sua especialização	
ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
P1	<i>Especialização Psicopedagogia educacional, supervisão e orientação escolar.</i>
P2	<i>Graduado em pedagogia</i>
P3	<i>Especialista em educação especial</i>
P4	<i>Especialista no ensino de libras</i>
P5	<i>Metodologia de ensino de língua portuguesa e estrangeira / educação especial inclusiva.</i>

tabela 1: Especialização / FONTE: Dados da pesquisa 2017

De acordo com as respostas dos entrevistados, percebe-se que o grau de qualificação desses profissionais está entre graduação e especialização, todos estão aptos para o acompanhamento de crianças ou mesmo apresentam em parte condições de se relacionarem com crianças com essas limitações.

Dando prosseguimento a entrevista foi feito a segunda pergunta, que está relacionada à inclusão de alunos surdos, a pergunta foi:

2º você é a favor da inclusão de alunos surdos nas classes regulares?

Rº Todos declararam que sim.

Todos declaram sim porque compreendem a necessidade de ter esses alunos inclusos em um sistema de ensino respaldado em lei. Logo é direito que todos tenham acesso. Em um país de proporção com pessoas de várias características e peculiaridade a pessoa surda está inserida dentro desse perfil, portanto ela tem direito e acesso a educação.

No trabalho de Rosa e Papi (2017) as professoras entrevistadas na pesquisa consideram que a inclusão escolar é uma iniciativa positiva, parecendo ser importante diante da necessidade sentida acerca do respeito à diversidade humana.

Além de possibilitar e favorecer a interação entre os diferentes alunos da escola.

A escola inclusiva implica uma nova escola, comum na sua organização e funcionamento, visto que aderi aos princípios democráticos da educação de

igualdade, equidade, liberdade e respeito à dignidade, que fortalecem a tendência de manter na escola regular os alunos portadores de necessidades especiais (BRASIL, 2001).

Ainda continuando a entrevista foi realizada a pergunta de número três que está relacionada ao desenvolvimento dos alunos em escolas especiais, a pergunta foi:

3º Você acha que alunos surdos se desenvolvem melhor em escolas especiais?

Rº Todos declararam que não.

Conforme a fala dos entrevistados, fica claro, que todos declararam não simplesmente porque, no entendimento desses profissionais quanto mais à criança surda precisa esta em constante contato com as outras pessoas ela pode desenvolver outras habilidade e se sentir menos discriminada, dessa forma seu contato interpessoal melhora e aumenta suas habilidades.

Para Chelsani *et al.*, (2006) é importantíssimo uma política educacional inclusiva e integradora e para isto pressupõe um modo de se construir o sistema educacional que leve em consideração as diferenças e necessidades de todas as crianças, jovens e adultos, sem discriminá-los ou segregá-los por quaisquer dificuldades ou diferenças discriminatórias que possa existir.

Prosseguindo a entrevista foi feita a pergunta de número quatro, voltada às dificuldades que o professor tem quando vai ensinar os alunos com surdez, a pergunta é a seguinte:

4º Quais as maiores dificuldades que você enfrenta ao se comunicar com alunos surdo?	
ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
P1	<i>A comunicação: quando o aluno ainda esta em processo de alfabetização em libras / interação social do surdo com os demais agentes educativos da escola</i>
P2	<i>As dificuldades começam a surgir no momento que nos deparamos com o grau de escolarização dos alunos.</i>
P3	<i>Muita das vezes há pouco conhecimento do surdo com a língua brasileira de sinais.</i>
P4	<i>Na comunicação, algum sinal que ainda não conheço.</i>
P5	<i>Devido à curiosidade e a automotivação não enfrento muitas dificuldades na comunicação do surdo.</i>

Tabela 2 : As maiores dificuldades / FONTE: Dados da pesquisa 2017

Percebe-se nas respostas dos professores que as dificuldades são as mais diversas, elas estão relacionadas a questões como: a comunicação, produção de

conhecimento desse aluno surdo, ou pouco ou nenhum conhecimento da LIBRA, as mudanças de séries.

Godoi *et al.*, (2016) fala sobre a dificuldade na prática pedagógica dos professores, o mesmo diz que faz-se necessário investir em políticas públicas para promover uma formação acadêmica que prepare o profissional para atender ao princípio democrático e igualitário de educação para todos. No mais, há o pressuposto legal do Decreto nº 5.626/05 que dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de docentes.

A pergunta de número cinco está relacionada a aplicação de Libras no ensino regular.

5º Você é a favor da língua de sinais em sala de aula regular ?	
ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
P1	<i>Sim, porque ajudaria nas relações com os demais alunos.</i>
P2	<i>Sim, porque todos automaticamente aprenderiam libras.</i>
P3	<i>Sim, é um caminho para uma inclusão muito maior.</i>
P4	<i>Sim, assim o processo de ensino e aprendizado seria mais visível.</i>
P5	<i>Sim, seria uma aplicação de método incrível para todos</i>

Tabela 3: A língua de sinais em sala de aula regular / FONTE: Dados da pesquisa 2017

Considerando as resposta dos entrevistados, nota-se que seria um peso diferenciado se houvesse uma política de introdução do ensino de libras no ensino regular, seria algo tão incrível porque as pessoas estariam tendo a oportunidade de compartilhar e entender a realidade e aprender como é a vida de uma criança que tenha surdez.

Já a pergunta de número seis trata da presença de intérprete em sala de aula, conforme segue.

6º Em sua opinião há necessidade de intérprete em sala de aula todo o tempo?

Rº Todos declararam que sim.

Nota-se na fala dos entrevistados, que existe uma necessidade de pessoas com a capacidade de interpretar as libras dentro da sala de aula, essas pessoas simplesmente apresentariam uma oportunidade de auxílio aos professores no ambiente escolar, dando toda estrutura necessária para que os alunos pudessem aprender com maior precisão os conteúdos que o professor ministra.

No trabalho de Chelsani *et al.*, (2006) os professores entrevistados também concordaram com a necessidade de intérprete em sala de aula como também sugeriram a urgência de se formar uma equipe multidisciplinar para a efetivação do processo de inclusão escolar, formada pela inserção de outros profissionais, tais como fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, e o educador especial.

Ferrari (2015) fala um pouco sobre o papel desse profissional que auxiliaria bastante na plena participação dos estudantes. Ferrari fala também sobre a importância de um segundo professor, que em parceria com os professores das classes regulares, os alunos com deficiência passariam a usufruir mais de seus direitos, dentre eles o direito à aprendizagem, com conteúdos curriculares, em igualdade de condições e acesso aos materiais adaptados, de acordo com as classes comuns do ensino regular. O segundo Professor iria trabalhar juntamente com os professores das disciplinas dos anos iniciais e finais, ajudando o estudante e a turma para que a transmissão do conteúdo seja repassada e aprendida mesmo que de formas diferenciadas.

A pergunta de número sete trata sobre a habilidade do professor em relação à interpretação da libras em sala.

7º Você concorda que além do intérprete o professor também deve apreender libras?

Rº Todos declararam que sim

Nota-se na resposta dos entrevistados que é necessário o professor aprender libras e ser um intérprete, ou seja, para cada um desses profissionais quanto mais o professor se especializar ele não só amplia seus conhecimentos como pode ofertar oportunidades de induzir as crianças a sempre quererem aprender também a libras. Uma criança surda vendo outras falando a língua de sinais será algo satisfatório.

O MEC cita que a formação dos professores para o ensino na diversidade assim como para o desenvolvimento de trabalho em equipe, são imprescindíveis para a eficácia da inclusão. Além disso, reforça o papel das universidades no desenvolvimento de pesquisas, estudos e atividades de extensão junto à comunidade escolar para auxiliar com o processo de inclusão escolar (BRASIL, 2001).

A pergunta de número oito está voltada a estrutura da escola em relação aos alunos.

8º A escola que você trabalha esta apta para receber o portador de deficiência auditiva?	
ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
P1	Não
P2	Não
P3	Não
P4	Parcialmente
P5	Parcialmente

Tabela 4: A escola e o portador de deficiência auditiva / FONTE: Dados da pesquisa 2017

Considerando as respostas dos entrevistados notou-se duas situações a primeira reside no reconhecimento que a escola não oferece estrutura alguma para o atendimento das crianças que apresentam a surdez. O segundo ponto é que outros entrevistados afirmaram que a escola de forma parcial oferece algum tipo de espaço próprio para o atendimento de pessoas surdas, ou seja, mesmo que não seja da maneira mais apropriada esses alunos ainda são atendidos e de alguma forma conseguem absorver um determinado conhecimento.

Sobre essas ressalvas Lopes e Marquezine (2012, p. 488), corroboram com o ponto de vista dos professores ao afirmar que o trabalho docente: “tem sido extenuante, dada a falta de estruturas básicas e de recursos humanos com formação adequada que lhes permitam atender a diversidade presente nas salas de aula”.

Schreiber e Vaz (2014, p.15), ao analisarem a política inclusiva e o descaso com a escolarização dos alunos público-alvo da educação especial, avaliam que é imprescindível que haja apoio aos docentes, ao citarem a que a falta de materiais e recursos pedagógicos adaptados impedem um trabalho pedagógico eficiente, que mais do que a existência de um segundo docente dentro da sala de aula é importantíssimo a disponibilização de materiais, equipamentos e recursos pedagógicos adequados à condição de tais alunos.

No trabalho de Moura (2015) o mesmo além de citar a falta de recursos, fala também sobre a acessibilidade na escola, que ainda é um grande problema citado pelos professores. Visto que, é necessário que exista um melhor planejamento e comprometimento entre todos os participantes do ensino e aprendizagem, compreendendo desde o gestor até a própria família, ou seja, é necessário a colaboração e participação de todos a fim de que a inclusão ocorra de modo eficaz e presente desde o momento da entrada dos alunos com deficiência nas escolas. Em

busca de um mesmo objetivo, que é a participação efetiva do educando com Necessidades Educacionais Especiais - NEEs nas instituições escolares.

A pergunta de número nove está relacionada ao que precisaria melhorar no ambiente escolar, a pergunta foi:

9º o que precisa melhorar na escola para atender melhor os alunos com deficiência auditiva?	
ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
P1	<i>Formação continuada para os professores em libras, formação para as famílias dos alunos surdos e mudos com deficiência auditiva / disponibilizarem meios e fins para a inclusão do aluno surdo na escola.</i>
P2	<i>A capacitação dos professores</i>
P3	<i>Que todos os funcionários tenham um pouco de conhecimento com a língua de sinais.</i>
P4	<i>Recursos de tecnologia assistida entre outros, mas a maior dificuldade que necessita de melhoria é a comunicação do surdo com a comunidade oriunda.</i>
P5	<i>Formação de todos os servidores, pois se trata de uma escola inclusiva.</i>

Tabela 5: Melhorias na escola / FONTE: Dados da pesquisa 2017

Considerando as palavras dos entrevistados percebeu-se que a formação continuada é um dos pontos essenciais para melhorar o ambiente onde todos prestam serviços, se isso ocorre de forma contínua às crianças que apresentam tais limitações, terão profissionais respaldados e preparados para atendê-las de forma sábia e segura e isso só vai melhorar o processo de ensino e aprendizado.

Em relação à formação continuada, tão aclamada pelos professores, Marcelo García (1999) diz que os educadores na maioria das vezes não são formados em uma visão multicultural que seja capaz de fornecer contribuições para contextualizar saberes e compreender as influências sociais, políticas e culturais que atingem a escola e que reflete em seu trabalho. A falta de conhecimentos de tais elementos atrapalha o juízo de situações de ensino complexas como as que tratam a pluralidade vivente em sala de aula.

Rosa e Papi (2017) também falam sobre a fragilidade da formação docente dos professores para os mesmos estarem atuando com os alunos público-alvo da educação especial, mais designadamente com discentes com deficiência. Os

professores entendem que sua formação não lhes proporcionaram a segurança precisa para trabalharem com as especificidades desses alunos.

Para finalizar a entrevista foi feita a última pergunta, a pergunta foi:

10º Você concorda que bem estruturada linguisticamente o surdo consegue desenvolver competências e habilidades na leitura, escrita e raciocínio lógico matemático ao ponto de se tornarem autônomos?

Rº Todos declararam que sim.

Conforme a resposta dos entrevistados é fundamental que qualquer criança desenvolva suas habilidades normalmente, isso porque a perda de um dos seus sentidos não compromete suas habilidades cognitivas.

5 CONCLUSÃO

Nessa pesquisa foi possível verificar que os docentes da escola em estudo a maioria apresentam especialidade para está recebendo alunos que possuem algum tipo de deficiência. Todos os professores são a favor da inclusão de alunos surdos nas classes regulares, visto que consideram que os alunos surdos se desenvolvem melhor neste tipo de classe o que facilitaria a construção de um sistema educacional que leve em consideração as diferenças e necessidades de todas as crianças, jovens e adultos, sem discriminá-los ou segregá-los, ou seja, mais inclusiva.

Em relação às dificuldades na comunicação, os professores citaram o pouco ou nenhum conhecimento da Libras por parte do aluno, o que prejudica a eficácia do processo ensino-aprendizagem. Deste modo todos os docentes declararam que há a necessidade de interprete em sala de aula todo o tempo, bem como a importância das formações continuadas que dariam subsídios para o professor titular ministrar suas aulas de modo satisfatório para os alunos surdos e não surdos de modo igualitário e respeitando as diferenças.

Porém, a maioria dos docentes reconheceu que a escola não oferece estrutura adequada ao atendimento das crianças que apresentam surdez. O que de certo modo, prejudica a aprendizagem desses alunos.

Enfim, por meio desta pesquisa foi possível apenas reafirmar a conjuntura na qual se encontra a educação inclusiva brasileira, pois o olhar desses professores reflete a forma como este tipo de educação se encontra em nosso país. E apesar dos avanços políticos surgidos nesse contexto, há muito a ser melhorado na prática, no dia a dia das comunidades escolares.

E para isto muito além da inclusão desses alunos na escola do ensino regular, que é algo muito importante, é preciso repensar a formação dos educadores, para a busca de melhorias e obter a qualidade educacional para todos os alunos.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABREU, Antonio Abreu. **Historia de libras**. Disponível no site: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAA9p4AC/historia-libras>. Pesquisado no dia 14 de agosto de 2017 as 12:17.

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?** São Paulo: Paulus, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Instituto de surdos certificará a língua Brasileira de Sinais**. 22 de fevereiro 2011. Disponível no site: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33044>. Pesquisado no dia 15 de agosto de 2017 as 10:50.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 06 de jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação: **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001. 68 p.

CHESANI, Fabíola Hermes *et al.* **Educação inclusiva: a percepção dos professores do ensino regular sobre a interdisciplinaridade**. Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) - Centro de Ciências da Saúde – Curso de Fisioterapia R. Uruguai, 458, Bloco 25 A- térreo – Centro – Itajaí/SC, 2006.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CROCHICK, José Leon; *et al.* **Análise de atitudes de professores do ensino fundamental no que se refere à educação inclusiva**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, n. 3, p. 565-582, set./dez. 2011.

CULTURA SURDA. Congresso de Milão. Disponível no site: <http://diariodosurdo.com.br/congresso-de-milao/> pesquisado no dia 14 de agosto de 2017 as 13:03

DAMÁZIO, Mirlene. **Educação escolar de pessoa com surdez: uma proposta inclusiva**. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document>. Acesso em 10 de agosto de 2017 as 15:31

EIJI, Hugo. **Surdez na idade / Moderna**. Disponível no site: <https://culturasurda.net/idade-media-moderna/>. Pesquisado no dia 14 de agosto de 2017 as 10:20

FERRARI, Rosinei Pedrotti; Meneghetti; Rosa Gitana Krob. **O segundo professor e os desafios da inclusão de crianças com deficiência em escolas de ensino regular**. São Paulo, 2015.

FERREIRA, Adir Luís *et al.* **O que é Libras? Fundamentos para a educação inclusiva de surdos: módulo 1** /– Natal: EDUFERN, 2011.

FERREIRA, Alan Leonardo Oliveira *et al.*,. **A espacialização do surdo em Belém do Pará, o território como uso social do espaço urbano**. I Simpósio Mineiro de Geografia – Alfenas/ MG. 26 a 30 de maio de 2014. ISBN: 978-85-99907-05-4

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Avila. **Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?** Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. 2012.

GARCÍA, , Carlos Marcelo. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOI, Eliamar; LIMA, Márcia Dias; Silva Roberval Montes da. **Libras e o processo de formação continuada de professores: discussões teóricas e metodológicas**. Uberlândia: EDUFU, 2016.

HONORA, M.; FRIZANCO, E.; LOPES, M. **Livro Ilustrativo da Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro Estatístico e Geográfico. **Habitantes dos estados**. Disponível no site: <https://www.google.com.br/search?>. Pesquisado no dia 15 de agosto de 2017 as 16:29.

IE – Instituto Emanuel. **INES – Instituto Nacional de Educação de surdos**. Disponível no site: <http://institutoemanuel.webnode.com.br/lingua-de-sinais/inesinstituto%20nacional%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20surdos/>. Pesquisado no dia 15 de agosto de 2017 as 15:35.

LIMA, Denise de. **Libras e o que significa?**. Disponível no site: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/cotidiano/libras-o-que/47425>. Pesquisado no dia 14 de agosto de 2017 as 08:56.

LONGONE, Erika. **O surdo e a língua escrita**. Publicado no dia 25 de julho de 2012. Disponível no site: <https://vidamaislivre.com.br/colunas/o-surdo-e-a-lingua-escrita/>. Pesquisado no dia 14 de agosto de 2017 as 13:35

LOPES, Esther; MARQUEZINE, Maria Cristina. **Sala de Recursos no Processo de Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual na Percepção dos Professores**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 18, n. 3, p. 487-506, 2012.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Midiã Figueredo. **o processo de inclusão de alunos surdos em salas inclusivas: numa perspectiva bilíngue**. Publicado no dia 24 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/arquivos/27512>. Pesquisado no dia 15 de agosto de 2017 as 09:08.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 1988.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Igualdade e diferença na escola: como andar no fio da navalha**. In: PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; **SANTOS**, Thais Helena dos. Verbete LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/libras-lingua-brasileira-de-sinais/>. Acesso em: 14 de ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituto Nacional de Educação de Surdos**. Relatório de gestão. Rio de Janeiro/RJ, 2000.

MORAIS; Sandra Maria Ramos Cavalcante de. **Os desafios do professor da sala regular de ensino, numa perspectiva da educação inclusiva como políticas públicas**, II congresso de educação inclusiva, Chile, 2016.

MOURA, José Jairo de Oliveira. **Educação inclusiva: Um desafio para professores do ensino infantil da zona rural do município de Cruzeiro do Sul – Acre**. Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2015.

Olizaroski, Iara Mikal Holland – **Trajetória histórica do sujeito surdo e reflexões sobre as políticas públicas que regem a educação do surdo no Brasil**. Cascavel-PR. SEMED/SEED, 2013.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Língua de sinais: origem e história.** 27 de abril 2015. Disponível no site: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/lingua-de-sinais-origem-e-historia/61951>. Pesquisado no dia 14 de agosto de 2017 as 12:30.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de ... [et al.]. **Exame Prolibras** /– Florianópolis, 2009. 85 p. : il.

ROSA, Kaira Barbosa da Rosa; PAPI, Silmara de Oliveira Gomes. **Os professores e os desafios da inclusão de alunos com deficiência no ensino comum.** XIII CONGRESSO Nacional de Educação. Curitiba – PR, 2017. ISSN 2176-1396

SCHLÜNZEN; BENEDETTO; SANTOS. **O que é Libras?** São Paulo. Unesp, 2012.

SCHREIBER, Dayana Valéria Folster Atonio; VAZ; Kamile. **A Política de Educação Especial na perspectiva inclusiva: o descaso com a escolarização dos sujeitos público alvo da educação.** In: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UDESC, 2011. p. 01-18.

SEAD, governo do estado do Pará. **Sead oferece a servidores curso básico de libras para o atendimento de usuário surdo.** Publicado no dia 06 de outubro de 2016. Disponível no site: www.sead.gov.br/noticias sead. Pesquisado no dia 16 de agosto de 2017 as 09:47.

SILVA, Angela Carrancho; NEMBRI, Armando Guimarães. **Ouvindo o silêncio: educação, linguagem e surdez.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

SILVA, Silvana Araújo. **Conhecendo um pouco da historia dos surdos.** 2009 londrinaPR. Disponível no site: http://www.uel.br/prograd/nucleo_acessibilidade/documentos/texto_libras.pdf. Pesquisado no dia 14 de agosto de 2017 as 09:31.

STUMPF, Marianne Rossi. **Exames Prolibras.** Florianópolis, 2009. Disponível no site: http://www.prolibras.ufsc.br/files/2015/08/livro_prolibras.pdf. Pesquisado no dia 15 de agosto de 2017 as 11:27.

APÊNDICE

CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA - LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA-FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

TEMA DA PESQUISA: **CONTRIBUIÇÕES DAS LIBRAS NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS SURDOS: Olhares de professores da escola Padre José de Anchieta.**

QUESTIONÁRIO

1º Qual a sua especialização?

2º você é favor da inclusão de alunos surdos nas classes regulares?

3º Você acha que alunos surdos se desenvolvem melhor em escolas especiais?

4º Quais as maiores dificuldades que você enfrenta ao se comunicar com alunos surdo?

5º Você é a favor da língua de sinais em sala de aula regular?

6º Em sua opinião há necessidade de interprete em sala de aula todo tempo?

7º Você concorda que além do interprete o professor também deve apreender libras?

8º A escola que você trabalha esta apta para receber o portador de deficiência auditiva?

9º o que precisa melhorar na escola para atender melhor os alunos com deficiência auditiva?

10º Você concorda que bem estruturada linguisticamente o surdo consegue desenvolver competências e habilidades na leitura, escrita e raciocínio lógico matemático ao ponto de se tornarem autônomos?